



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Prestação de serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra

Superintendência da Receita Federal do Brasil da 9ª Região Fiscal – SRRF09

PREGÃO Nº/20...

(Processo Administrativo n.º 10905.720061/2021-90)

DO OBJETO

1.1. Contratação de pessoa jurídica para prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades Local e LDN (Longa Distância Nacional), com fornecimento de linhas telefônicas analógicas não residenciais, para atender a Unidades da SRRF09 instaladas em cidades nos estados do Paraná e Santa Catarina, e, fornecimento de 01 (um) circuito digital E1 – 10 canais (mínimo), com recurso DDR (Discagem Direta a Ramal) para até 100 números, para a Alfândega jurisdicionada de São Francisco do Sul – SC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

GRUPO 01

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSERV	QUANTIDADE ESTIMADA MENSAL	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR DE REFERÊNCIA ANUAL
1	Instalação ou habilitação de terminal	26085	60	Terminal - Serviço com pagamento único.	R\$ 6.420,00
2	Assinatura por terminal	26182	60	Terminal	R\$ 55.656,00
3	Chamada Fixo/Fixo - local (linhas analógicas)	26115	14237	Minutos	R\$ 17.084,00
4	Chamada Fixo/Móvel - VC1	26123	5752	Minutos	R\$ 51.768,00
5	Chamada Fixo/Fixo - LDN - dentro do Estado	26131	2399	Minutos	R\$ 17.560,68
6	Chamada Fixo/Fixo - LDN - para outros Estados	26131	4696	Minutos	R\$ 34.374,72
7	Chamada Fixo/Móvel - LDN - VC2	26140	2519	Minutos	R\$ 41.412,36
8	Chamada Fixo/Móvel - LDN – VC3	26140	1919	Minutos	R\$ 31.548,36
VALOR TOTAL – GRUPO 01					R\$ 255.824,52

As linhas do GRUPO 01 deverão ser instaladas nos seguintes endereços:

JURISDIÇÃO	QUANTIDADE TERMINAIS	DDD	QUANTIDADE DE LINHAS	ENDEREÇO DA INSTALAÇÃO
SRRF09 CURITIBA	9	41	5	Rua Gustavo Rattman, 121 - Bacacheri – Curitiba/PR - CEP: 82520-630
		41	3	Rua XV de novembro, 608 – Centro – Curitiba – PR - CEP: 80020-310
		41	1	Rua Marechal Floriano, 3.401 – Parolin – Curitiba – PR - CEP: 80220-001
DRF/JOAÇABA	9	49	1	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Joaçaba Rua Getúlio Vargas, nº 345, Centro, Joaçaba, SC, 89600-000
		49	1	Depósito de Mercadorias e Veículos Apreendidos Rua Vereador Hamilton Antônio Rossin, s/n, Bairro Clara Adélia, Joaçaba, SC, 89600-000
		49	1	Agência da Receita Federal do Brasil em Caçador Rua Victor Baptista Adami, 32, sala 01, Caçador, SC, 89500-139
		49	1	Agência da Receita Federal do Brasil em Concórdia Rua Santa Catarina, 83, Concórdia, SC, 89700-047
		49	3	Agência da Receita Federal do Brasil em Chapecó Rua Uruguai, 373-E, Chapecó, SC, 89801-571
		49	1	Agência da Receita Federal do Brasil em Xanxerê Rua Olímpio Julio Tortato, 275, Xanxerê, SC, 89820-000
		49	1	Agência da Receita Federal do Brasil em São Miguel do Oeste Rua Padre Aurélio Canzi, 1881, São Miguel do Oeste, SC, 89900-000
DRF/ JOINVILLE	9	47	1	Rua Tenente Antônio João, 2583, Bom Retiro, Joinville/SC - CEP: 89223-100
		47	3	Rua Expedicionário Gumercindo da Silva, 90, Centro, Jaraguá do Sul/SC - CEP: 89252-000
		47	3	Av. Prefeito Frederico Heyse, 74, Sala 1, Centro, Mafra/SC - CEP: 89300-184

		47	2	Rua Frei Menandro Kamps, nº 405, Sala, Centro, Canoinhas/SC CEP: 89460-126
DRF/FOZ DO IGUAÇU	15	45	1	Rod.BR 469, Km16,5,s/n – Aeroporto, Foz do Iguaçu/PR
		45	1	Av. José Maria de Brito, 2985-Jardim Itamarati-Foz do Iguaçu/PR – CEP 85863-005
		45	3	Rod. BR 469, Km 1,5 Av. Mercosul s/nº, Jardim Veraneio-Foz do Iguaçu/PR
		44	2	R. Castro Alves, 359-Guaíra/PR – CEP 85980-000
		45	3	Av. Brasil, 1481- Santa Helena/PR – CEP 85892-000
		49	3	Rua República Argentina, 140 - CEP 89.950-000 - Dionísio Cerqueira-SC
		49	1	Rua República Argentina, 108 - CEP 89.950-000 - Dionísio Cerqueira-SC
		49	1	Acesso ao Porto Seco, 21 - km 03 BR 163 - Quadra 21 - CEP 89.950-000 - Dionísio Cerqueira-SC
DRF/MARINGÁ	18	44	1	AV. XV De novembro, 527 – Centro – Maringá – PR – CEP: 87013-909
		44	4	AV. Bento Munhoz da Rocha Neto, 454 – Maringá – PR – CEP: 87030-010
		44	1	AV. Colombo, 8987 – Maringá – PR – CEP: 87070-000
		44	3	AV. HEITOR ALENCAR FURTADO, 4047 – Paranavaí – PR – CEP: 87708-000
		44	3	Rua Santa Catarina, 1682, Esq. Av. José C. Oliveira – Campo Mourão – PR – CEP: 87300-410
		44	4	Av. Presidente Castelo Branco, 4195 – Umuarama – PR – CEP: 87501-170
		44	2	Av. Santa Catarina, 383 – Cianorte – PR – CEP: 87200-157

GRUPO 02

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSERV	QUANTIDADE ESTIMADA MENSAL	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR DE REFERÊNCIA ANUAL
9	Instalação e habilitação de Circuito digital E1 – 10 canais (mínimo), com recurso DDR (Discagem Direta a Ramal) para até 100 números, a ser conectado em uma central telefônica NEC – mod. S100 – 60 ramais.	26085	1	Terminal - Serviço com pagamento único.	R\$ 1.314,33
10	Tarifa de assinatura mensal do Fornecimento do Circuito Digital E1 – 10 canais (mínimo).	27731	1	Terminal	R\$ 10.351,92
11	Tarifa de assinatura mensal do recurso DDR (Discagem Direta a Ramal) para até 100 números, a ser conectado em uma central telefônica NEC – mod. S100 – 60 ramais.	26093	1	Terminal	R\$ 2.072,04
12	Chamada Fixo/Fixo - local (linhas analógicas)	26115	999	Minutos	R\$ 1.198,80
13	Chamada Fixo/Móvel - VC1	26123	143	Minutos	R\$ 1.287,00
14	Chamada Fixo/Fixo - LDN - dentro do Estado	26131	72	Minutos	R\$ 527,04
15	Chamada Fixo/Fixo - LDN - para outros Estados	26131	89	Minutos	R\$ 651,48
16	Chamada Fixo/Móvel - LDN - VC2	26140	49	Minutos	R\$ 805,56
17	Chamada Fixo/Móvel - LDN – VC3	26140	42	Minutos	R\$ 690,48
VALOR TOTAL – GRUPO 02					R\$ 18.898,65

A linha do GRUPO 02 deverá ser instalada no seguinte endereço:

ALF/SÃO	1	41	1	Rua Fernandes
---------	---	----	---	---------------

FRANCISCO DO SUL				Dias, 71 - Centro - São Francisco do Sul/SC - CEP: 89240-000
---------------------	--	--	--	---

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de Telefonia Fixa Comutada – STFC.
- 1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global em 2 (dois) grupos distintos.
- 1.5. Para fins de tarifação e pagamento do serviço serão adotadas as regras previstas pela Resolução Anatel nº 424/2005, ou posteriores.
- 1.6. O prazo de vigência do contrato é de até 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.
- 1.7. Só serão aceitos Planos de Serviços homologados pela Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações.
- 1.8. Não fará parte do objeto desta licitação a prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC de Longa Distância Internacional (DDI).
- 1.9. Não há previsão de disponibilização de materiais por parte da Contratante para a prestação dos serviços aqui descritos.
- 1.10. Os serviços contratados deverão respeitar as legislações do setor de telecomunicações e demais normas pertinentes, especialmente:
 - a) Lei nº 9.472/1997 (Lei Geral de Telecomunicações – LGT);
 - b) Resolução ANATEL nº 426, de 9 de dezembro de 2005 (Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC);
 - c) Resolução ANATEL nº 632, de 7 de março de 2014 (Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações – RGC);
 - d) Demais normas regulamentares expedidas pela ANATEL.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- 5.1.1. Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;
- 5.1.2. Os requisitos de Qualificação Técnica a serem atendidos serão os seguintes e devem constar do Edital da Licitação:
 - 5.1.2.1. As empresas interessadas em participar desta contratação deverão comprovar aptidão técnica na prestação do serviço específico aqui descrito, em conformidade com suas características técnicas, por meio de apresentação de pelo menos 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito privado ou público que comprove que a licitante já prestou o serviço aqui descrito, em perfeito atendimento às condições estipuladas em contrato.
 - 5.1.2.2. O atestado fornecido deverá possuir identificação clara de quem o emitiu, com informação e telefone para contato, endereço do local onde foi prestado o serviço e data de sua prestação, se ocorreram ou não falhas na prestação do serviço, bem como declaração expressa e objetiva do tipo de serviço prestado pela licitante.
- 5.1.3. Para os critérios de seleção do fornecedor deverão ser adotados os seguintes procedimentos:
 - 5.1.3.1. As licitantes deverão apresentar sua Proposta de Preços conforme modelo de formulário constante do Anexo II deste Termo de Referência, realizando as devidas adequações e ajustes em sua planilha, em função do Plano de Serviço Ofertado.

5.1.3.2. Em anexo a sua proposta comercial, em papel timbrado e assinado por quem de direito, deverá constar a sua respectiva PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS, conforme modelo do Anexo III, onde devem ser relacionadas as tarifas do Plano de Serviço ofertado.

5.1.4. O critério de aceitabilidade para cada GRUPO será o valor global máximo da proposta, como discriminado abaixo:

GRUPO 1:

Valor Global Máximo da Proposta: R\$ 255.824,52 (duzentos e cinquenta e cinco mil e oitocentos e vinte e quatro reais e cinquenta e dois centavos).

GRUPO 2:

Valor Global Máximo da Proposta: R\$ 18.898,65 (dezoito mil e oitocentos e noventa e oito reais e sessenta e cinco centavos).

5.1.5. O julgamento da melhor proposta obedecerá ao critério de menor valor global da proposta por GRUPO da licitação.

5.1.6. Os critérios de preferência e desempate de propostas, bem como a margem de preferência, se aplicável, e os demais critérios de aceitabilidade dos preços e de julgamento das propostas serão os estabelecidos pelo Edital de Licitação.

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço do objeto contratual, nos termos previstos pelo Anexo V – Item 2.4 – C da IN SEGES/MPDG 05/2017.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Não incidem critérios de sustentabilidade na presente licitação, conforme justificativa abaixo:

6.1.1. Não foram detectados possíveis impactos ambientais causados pelo serviço a ser contratado.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, 9:00 horas às 17:00 horas.

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e

documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

- 7.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.
- 7.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 7.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 8.1.1. A Contratada deve manter os números telefônicos atualmente utilizados pela Contratante, como garantido pelo Regulamento Geral de Portabilidade (Resolução ANATEL nº 460/2007), ou legislação subsequente.

8.2. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

- 8.2.1. Fornecimento e habilitação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades Local e LDN (Longa Distância Nacional), com fornecimento de linhas telefônicas analógicas não residenciais, para uso em posições de tronco de centrais telefônicas ou mesmo em aparelhos telefônicos individuais, com o recurso de busca automática em grupos de linhas com designação de número piloto, para todas as linhas. E ainda recursos adicionais de identificador de chamadas e secretária eletrônica, para atender a possíveis demandas individualizadas. E, fornecimento de 01 (um) circuito digital E1 – 10 canais (mínimo), com recurso DDR (Discagem Direta a Ramal) para até 100 números, conforme endereços supramencionados.
- 8.2.2. Prestação de Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade Local, assim entendidas as ligações originadas por linhas fixas e dirigidas para linhas fixas, localizados na mesma área local;

- 8.2.3. Prestação de Serviço Telefônico Fixo-Móvel na modalidade Local (VC1), assim entendidas as ligações originadas por linhas fixas e dirigidas para linhas móveis, localizados na mesma área local;
- 8.2.4. Prestação de Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade Longa Distância Nacional – LDN, assim entendidas as ligações originadas de linhas fixas e destinadas a linhas fixas em áreas distintas, não tratadas como ligação local, dentro do mesmo estado e para outros estados;
- 8.2.5. Prestação de Serviço Telefônico Fixo-Móvel na modalidade Longa Distância Nacional - LDN compreendido pelo Valor de Comunicação (VC2) que abrange as ligações originadas em linhas fixas e destinadas a linhas móveis, em áreas compreendidas por códigos nacionais (DDD) com o primeiro dígito igual e o segundo distinto;
- 8.2.6. Prestação de Serviço Telefônico Fixo-Móvel na modalidade Longa Distância Nacional - LDN compreendido pelo Valor de Comunicação (VC3) que abrange as ligações originadas em linhas fixas e destinadas a linhas móveis, em áreas compreendidas por códigos nacionais (DDD) com o primeiro dígito distinto.
- 8.2.7. Os serviços contratados deverão estar disponíveis 24 horas por dia, 7 dias por semana, durante todo o período de vigência contratual, salvaguardados os casos de interrupções programadas previstas na regulamentação vigente.
- 8.2.8. As interrupções programadas dos serviços deverão ser comunicadas à Contratante com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis e somente serão realizadas com a concordância da Contratante.
- 8.2.9. A entrega e instalação das linhas telefônicas deverá ser feita nos endereços aqui indicados, dentro do horário comercial, de preferência com prévio agendamento.
- 8.2.10. Todos os custos relacionados com materiais, equipamentos e mão de obra, destinados à instalação e ativação das linhas aqui descritas serão de responsabilidade da Contratada.
- 8.2.11. O não atendimento reiterado das condições de qualidade previstas em legislações da Anatel poderá implicar na aplicação de sanções administrativas definidas nesse Termo de Referência.
- 8.2.12. As solicitações de reparos por falhas ou defeitos na prestação do serviço devem ser comunicadas aos canais de atendimento da Contratada, preferencialmente por e-mail, e deverão ser sanadas em até 4 h (quatro horas), contadas do recebimento da solicitação, salvo situações excepcionais ou acordadas previamente com o Assinante.
- 8.2.13. A Contratada deverá prestar suporte técnico em período integral, com atendimento imediato em caso de falha nos entroncamentos de entradas, nos entroncamentos de saída, bem como nos demais componentes ou equipamentos de responsabilidade da Contratada.
- 8.2.14. A execução dos serviços será iniciada, na forma que segue:

8.2.14.1. A entrega e ativação dos serviços contratados deverá ocorrer em no máximo 30 (trinta) dias, a contar da data de início da vigência contratual.

8.3. A execução dos serviços será iniciada logo após a assinatura contratual entre a Contratante e a concessionária Contratada, seguida de publicação do referido instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº8.666, de 1993.

8.3.1. Observa-se que a não prestação do serviço, ou seu atraso está sujeito a sanções administrativas previstas neste Termo de Referência, item 21.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Todos os materiais de hardware necessários à perfeita prestação dos serviços contratados deverão ser disponibilizados pela Contratada, com custos incluídos em suas tarifas de serviço.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1. Nas tabelas do item 1.1 estão consignadas as estimativas de média mensal de consumo (perfil de tráfego) da Contratante.

10.1.2. O perfil de tráfego indicado serve, tão somente, de subsídio às licitantes na formulação das propostas.

10.1.3. O perfil indicado não gera qualquer obrigação para a Contratante, sendo os pagamentos efetuados conforme o serviço efetivamente prestado.

10.1.4. O acesso de empregados da Contratada às áreas dos locais definidas como restritas será feito mediante acompanhamento da Fiscalização do contrato.

10.2. Caberá às empresas participantes entregarem as Planilhas de Preços do Anexo III a este Termo de Referência, devidamente preenchidas.

10.3. Na planilha de preços deverão ser informados os seguintes valores para a composição de proposta:

GRUPO 01:

a) Tarifa de instalação ou habilitação por terminal (serviço com pagamento único), não deverá ser cobrada caso a operadora vencedora do certame seja a fornecedora de algum dos terminais já em uso nas instalações da Contratante;

b) Assinatura por terminal;

c) Valor tarifário (R\$/minuto) para ligação local fixo-fixo;

- d) Valor tarifário (R\$/minuto) para ligação local fixo-móvel;
- e) Valor tarifário (R\$/minuto) para ligação fixo-fixe Longa Distância Nacional (dentro e fora do Estado de origem do terminal);
- f) Valor tarifário (R\$/minuto) para ligação fixo/móvel Longa Distância Nacional VC2 e VC3;

GRUPO 02:

- a) Instalação e habilitação de Circuito digital E1 – 10 canais (mínimo), com recurso DDR (Discagem Direta a Ramal) para até 100 números, a ser conectado em uma central telefônica NEC – mod. S100 – 60 ramais (serviço com pagamento único);
 - b) Assinatura mensal para as linhas telefônicas fixas e para o circuito digital E1;
 - c) Assinatura mensal do recurso de DDR;
 - d) Valor tarifário (R\$/minuto) para ligação local fixo-fixe;
 - e) Valor tarifário (R\$/minuto) para ligação local fixo-móvel;
 - f) Valor tarifário (R\$/minuto) para ligação fixo-fixe Longa Distância Nacional (dentro e fora do Estado de origem do terminal);
 - g) Valor tarifário (R\$/minuto) para ligação fixo/móvel Longa Distância Nacional VC2 e VC3;
- 10.4. Nos custos apresentados devem estar incluídos todos os impostos e taxas estabelecidas em legislação.
- 10.5. No custo apresentado da Assinatura mensal devem estar incluídos os recursos de busca automática em grupo de linhas com designação de número piloto e o recurso de identificador de chamadas.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

- 11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 11.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 11.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 11.6.3. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante

autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

- 12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.4.1. Indicar preposto que a represente na **gestão comercial** do contrato, como negociação de aditivos contratuais, apresentação de propostas de reajustes de tarifas, renovação de contratos e outros. Caberá a este representante fazer o encaminhamento das demandas contratuais recebidas para as respectivas áreas / setores internos e providências da Contratada.
- 12.4.2. Indicar representante para atuar nas **demandas operacionais** do contrato, como correção de faturas com erros de tarifação, acessos inoperantes, suporte e chamados técnicos, atualização de cadastro, dentre outros. Caberá a este representante fazer o encaminhamento das demandas contratuais recebidas para as respectivas áreas internas e providências da Contratada.
- 12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 12.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, em prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.9. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.10. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

- 12.11. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.14. Atender aos acréscimos e supressões solicitados no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da data de solicitação, prazo que deverá ser contado para a manifestação inicial da Contratada e depois para assinatura dos aditivos.
- 12.15. Manter a prestação dos serviços, mesmo quando do eventual inadimplemento por parte da Contratante, nos casos em que sua interrupção afetar a prestação de serviços considerados essenciais, conforme art. 62, § 3º, II da Lei nº 8.666/93 e Parecer nº 78/2011/DECOR/CGU/AGU.
- 12.16. Emitir documento de cobrança contemplando única e exclusivamente os serviços efetivamente prestados pela Contratada, ficando esclarecido que são vedadas:
- 12.16.1. A apresentação, no documento de cobrança da Contratada, de serviços de outras prestadoras, exceto quando imprescindíveis para a prestação do serviço; e
- 12.16.2. A apresentação de serviços prestados pela Contratada em documento de cobrança ou em nome de outra prestadora.
- 12.17. Encaminhar, mensalmente, fatura de serviço em conformidade com o seguinte regramento:
- 12.17.1. As faturas deverão ser **individualizadas por Unidade da Receita Federal**, indicadas nos grupos, conforme abaixo:
- 12.17.2. FOZ DO IGUAÇU (DDD 44 e 45 – Endereços pertencentes ao município de Foz do Iguaçu, Guaíra e Santa Helena);
- 12.17.3. DIONÍSIO CERQUEIRA (DDD 49 – Endereços pertencentes ao município de Dionísio Cerqueira);
- 12.17.4. JOINVILLE (DDD 47 – Endereços pertencentes aos municípios de Joinville, Jaraguá do Sul, Mafra e Canoinhas);
- 12.17.5. MARINGÁ (DDD 44 – Endereços pertencentes aos municípios de Maringá, Paranavaí, Campo Mourão Umuarama e Cianorte);
- 12.17.6. JOAÇABA (DDD 49 – Endereços pertencentes aos municípios de Joaçaba, Caçador, Chapecó, Concórdia, Xanxerê e São Miguel do Oeste);
- 12.17.7. SRRF09/CURITIBA (DDD 41 – Endereços pertencentes ao município de Curitiba);

- 12.17.8. SÃO FRANCISCO DO SUL (DDD 47 – Endereços pertencentes ao município de São Francisco do Sul/SC);
- 12.17.9. Cada grupo, gerará **uma única Fatura**, agrupando todas as linhas fornecidas para aquele Grupo, e com descrição de todas as ligações locais e interurbanas realizadas em determinado período de faturamento;
- 12.17.10. Cada Fatura deverá discriminar todos os valores a serem pagos, tais como: serviços e ligações efetuadas, dentro e fora da área de registro, com suas respectivas tarifas, dia, horário e duração de cada ligação, além de multas e atualizações monetárias (informando a que se refere e o seu respectivo período), quando houver, totalizando a fatura em **valores globais líquido (após retenção de tributos) e bruto**.
- 12.17.11. Enviar as Faturas, **completas**, para os endereços de cada Unidade da Receita Federal (por Grupo, conforme item 12.19), indicados abaixo, ou para e-mail de servidores indicados pela Contratante para acompanhar a gestão e fiscalização do contrato:
- 12.17.11.1. **FOZ DO IGUAÇU** - Endereço: AV. PARANA -1227 – JD. POLO CENTRO – FOZ DO IGUAÇU/PR – CEP: 85852-000.
- 12.17.11.2. **DIONÍSIO CERQUEIRA** – Endereço: RUA REPÚBLICA ARGENTINA – 140 – CENTRO – DIONÍSIO CERQUEIRA/SC – CEP: 89950-000.
- 12.17.11.3. **JOINVILLE** - Endereço: RUA PREFEITO HELMUTH FALLGATTER, N 221 - BOA VISTA – JOINVILLE/SC – CEP 89205-300.
- 12.17.11.4. **MARINGÁ** - Endereço: AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 527 1º ANDAR – CENTRO -MARINGÁ/PR – CEP: 87013-230.
- 12.17.11.5. **JOAÇABA** - Endereço: RUA GETÚLIO VARGAS, Nº 345 – CENTRO – JOAÇABA/SC – CEP:89600-000.
- 12.17.11.6. **SRRF09/CURITIBA** - Endereço: RUA MARECHAL DEODORO, Nº 555 - 10º ANDAR – CENTRO – CURITIBA/PR – CEP: 80020-911.
- 12.17.11.7. **SÃO FRANCISCO DO SUL** - Endereço: RUA FERNANDES DIAS, Nº 71 – CENTRO – SÃO FRANCISCO DO SUL/SC – CEP:89240-000.
- 12.18. As Faturas deverão chegar e estar disponível para a fiscalização do contrato em tempo hábil para conferência de valores, atesto e encaminhamento para o setor de pagamento, portanto, o prazo entre a data de vencimento e a disponibilização das Faturas, para as equipes de fiscalização de contrato, não deverá ser inferior a **10 (dez) dias úteis**, sob pena de não sermos responsáveis pelo pagamento de encargos financeiros pelo atraso da quitação dessas Faturas de serviço.

- 12.19. Caberá à Contratada fazer prova, sempre que necessário, do envio das Faturas no devido prazo.
- 12.20. Recalcular e reemitir faturas com novo prazo de pagamento, em no máximo **30 (trinta) dias corridos**, quando constatados erros de tarifas ou cobranças, sem incidências de quaisquer encargos adicionais, nem bloqueios ou cortes dos serviços, sendo de responsabilidade exclusiva da Contratada o recálculo das faturas e a prestação das informações necessárias ao pleno entendimento dos valores que estiverem sendo apresentados para pagamento.
- 12.21. Ter bloqueado, temporária ou permanentemente, parcial ou totalmente, sem qualquer ônus, o acesso a comodidades ou utilidades oferecidas, bem como a serviços de valor adicionado, em conformidade com o previsto pelo **art. 11, XX da Resolução Anatel nº 426/2005**.
- 12.22. Na hipótese de cobrança indevida e eventual pagamento, devolver à Contratante valor igual do dobro do pago em excesso, acrescido de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês pro rata die, **conforme art. 85 da Resolução Anatel nº 632/2014**.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

- 15.4. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.6. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 15.7. A fiscalização técnica/setorial dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.
- 15.8. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico/setorial deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 15.9. O fiscal técnico/setorial deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.10. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.11. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico/setorial, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 15.12. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.
- 15.13. O fiscal técnico/setorial poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 15.14. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

- 15.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

- 16.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

- 16.1.1. A prestação dos serviços será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Contratante, com atribuições específicas, devidamente designado pela Contratante, em cumprimento ao disposto nos artigos 67 a 73 da Lei nº 8.666, de 21/6/1993, no artigo 6º do Decreto nº 2.271, de 7/7/1997, e no artigo 31 e ANEXO IV da IN SLTI/MPOG nº 02, de 30/04/2008, e alterações.
- 16.1.2. A fiscalização será exercida no interesse da Contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e/ou prepostos.
- 16.1.3. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do contrato e termos do edital da licitação deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, sem ônus para a Contratante.
- 16.1.4. Estando os serviços em conformidade com as especificações do Edital e seus Anexos, os documentos correspondentes de cobrança deverão ser examinados e atestados pela Fiscalização do Contrato e enviados ao setor financeiro da contratante para pagamento.
- 16.1.5. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na contratação objeto da presente licitação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do Contrato, conforme Art. 65, § 1º da Lei 8.666/93.
- 16.1.6. Os servidores que participarão da gestão do contrato serão designados quando da assinatura do contrato.
- 16.1.7. O canal de atendimento às demandas operacionais deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, preferencialmente via e-mail, ou canal 0800, desde que atue de forma eficiente, com atendimento humano, disponível logo no primeiro menu de opções, objetivo e efetivo.

- 16.2. Dificuldades operacionais com o canal 0800 que implique em tempos prolongados de conexão, contato robotizado, quedas de ligações, seguidos encaminhamentos a outros setores internos ou repetição de informações cadastrais já repassadas no primeiro atendimento ou outros que dificultem o registro do chamado técnico, poderá implicar em sanções contratuais, além de fazer com que a Contratante não utilize mais esse meio de contato.
- 16.3. Fornecer números telefônicos (fixo e celular) e e-mail para contato imediato dos representantes operacional e comercial, inclusive fora do horário de expediente.
- 16.3.1. O canal de comunicação da contratada com o órgão será realizada por e-mail e telefone. Ambos serão repassados, posteriormente, à Contratada.
- 16.4. Em caso de não-conformidade, a Contratada será notificada, por escrito, sobre as irregularidades apontadas pelo Fiscal do Contrato, para tomar as providências cabíveis, conforme Art. 69 da Lei 8.666/93, no que couber.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 17.1. Os serviços contratados serão recebidos em caráter provisório pela Fiscalização Técnica ou setorial do contrato, ao término de cada ciclo mensal de faturamento dos serviços, com a entrega da respectiva Fatura dos serviços, sendo encaminhada ao gestor do contrato após a avaliação dos parâmetros de controle de execução contratual, como aferição de qualidade e desempenho, desde que não haja nenhuma pendência.
- 17.2. A Contratada deverá apresentar, mensalmente, para fins de liquidação e pagamento, com antecedência mínima de **05 (cinco) dias da data de vencimento**, conforme art. 76 da Resolução Anatel nº 632/2014, no local da prestação dos serviços, ou no que endereço que representantes da Contratante indicar, Fatura/Nota Fiscal dos serviços telefônicos contratados.
- 17.2.1. Feitas as devidas conferências pelo fiscal técnico/setorial, estando tudo em conformidade com as condições contratuais, as Faturas deverão ser encaminhadas ao Gestor do contrato, para ateste final e providências de pagamento;
- 17.2.2. Não estando em plena conformidade com as cláusulas contratuais, caberá ao fiscal técnico/setorial, elaborar Relatório Circunstanciado, com as informações detalhadas das desconformidades, encaminhando-o a seguir para o Gestor do contrato adotar as providências cabíveis junto ao preposto da Contratada, dentro dos prazos contratuais e normas legais;
- 17.2.3. Caberá ao fiscal técnico/setorial comunicar à Contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com as correções de tarifas ou com base no redimensionamento decorrente da aplicação do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), sempre que for o caso, dentro dos prazos previstos em contrato;

- 17.3. O Recebimento Definitivo será realizado pelo Gestor do contrato, a quem caberá concretizar os atestes dos Fiscais Técnicos para fins de liquidação e pagamento dos serviços prestados, com base na análise dos relatórios e demais documentações apresentadas pela fiscalização.
- 17.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).
- 17.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 17.6. Os serviços telefônicos deverão ser reconhecidos e cobrados dentro do prazo máximo definido em regulamentação específica da Anatel. Os serviços faturados fora do prazo regulamentar não obrigam a Contratante a quitá-los, sendo que sua fiel observância representa exclusiva responsabilidade da Contratada.

18. DO PAGAMENTO

- 18.1. Os critérios a serem observados para a realização do pagamento devem corresponder àqueles previstos no (s) respectivo(s) Plano(s) de Serviço da Contratada, atendidas as diretrizes a seguir colocadas, conforme art. 60 da Resolução Anatel nº 632/2014.
- 18.2. Após recebimento definitivo dos serviços, o Gestor do contrato deve instruir o processo de pagamento com a Nota Fiscal ou Fatura e os demais documentos comprobatórios da prestação dos serviços e encaminhar para o setor competente para pagamento.
- 18.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 18.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.
- 18.3.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

- 18.3.3. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.
 - 18.3.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
 - 18.3.5. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.
 - 18.3.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, ou legislação posterior que venha a substituí-la.
- 18.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 18.4.1. O prazo de validade;
 - 18.4.2. A data da emissão;
 - 18.4.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 18.4.4. O período de prestação dos serviços;
 - 18.4.5. O valor a pagar; e
 - 18.4.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 18.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 18.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 18.6.1. Não produziu os resultados acordados;
 - 18.6.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
 - 18.6.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

- 18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 18.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 18.9. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 18.10. O pagamento será efetuado mensalmente, à Contratada por meio de ordem bancária fatura (OB fatura) com código de barras, até a data de vencimento da fatura, que deverá ser enviada aos endereços ou e-mails dos fiscais técnicos/setoriais aqui indicados, com antecedência mínima de **05 (cinco) dias do vencimento** (Art. 76, Anexo I - Resolução Anatel nº 632/2014).
- 18.11. Faturas que apresentarem valores de tarifas acima do contratado só serão atestadas e liberadas para pagamento após a Contratada emitir nova fatura com a correção dos valores indevidos e com nova data de vencimento, não devendo incidir quaisquer encargos de multa ou atualização de valores, ou suspensão dos serviços, durante o período que a Contratada não efetuar essas correções.
- 18.11.1. A correção das faturas será de inteira responsabilidade da operadora contratada, sendo obrigatória a apresentação do detalhamento dos valores corrigidos sempre que exigido pela Fiscalização do contrato.
- 18.11.2. O prazo de correção de faturas é de no máximo **30 (trinta) dias**, a contar da solicitação de ajuste efetuada pela Fiscalização de contrato, sob pena de aplicações de sanções administrativas previstas em contrato.
- 18.11.3. Sendo identificada cobrança indevida após o pagamento do documento de cobrança, a Contratante notificará a Contratada para que seja feito o acerto no faturamento do mês subsequente, ou, no caso do contrato já encerrado, o imediato reembolso do valor.
- 18.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento por culpa comprovada da Contratante, o valor devido será corrigido em conformidade com a legislação vigente da Anatel.
- 18.13. Os serviços objeto da presente licitação serão contratados pelos valores apresentados na Planilha de Formação de Preços da licitante vencedora, computados eventuais descontos concedidos.

19. REAJUSTE

- 19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

- 19.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e **mediante prévia comunicação** da Contratada, as tarifas e/ou preços contratados poderão **sofrer reajuste, após o interregno de um ano (contado da data-base**

prevista no Plano de Serviço a que vinculada a proposta ou da data limite para a apresentação da proposta, quando esta for formulada em Plano de Serviço desenvolvido especificamente para a participação no certame) e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, aplicando-se o **Índice de Serviços de Telecomunicação – IST**.

- 19.1.2. Nos contratos remunerados por tarifa, a aplicação do **IST** será seguida da incidência do fator redutor de tarifa, denominado “Fator X” (art. 108, § 2º da LGT c/c Resolução ANATEL nº 684/2017) e o reajuste deve ter sido objeto de homologação pela ANATEL (v. art. 19, VII da Lei nº 9.472/1997).
- 19.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 19.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 19.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 19.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 19.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 19.7. Na hipótese de redução de tarifas ou preços, a Contratada deverá repassar à Contratante as tarifas ou preços reduzidos.
- 19.8. Eventuais reajustes devem ser comunicados à Contratante, por meio de documento oficial expedido pela Contratada, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, e serão formalizados por apostilamento ao contrato.
- 19.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 20.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:
- 20.2. Tendo em vista o baixo risco de não prestação do serviço contratado e do baixo valor global do contrato, fica dispensada a apresentação de garantia contratual pela Contratada.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

21.1.1. Falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

21.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.3. Fraudar na execução do contrato;

21.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; ou

21.1.5. Cometer fraude fiscal.

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

21.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

21.2.2. **Multa de:**

21.2.2.1. 0,7% (sete por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

21.2.2.2. 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

21.2.2.3. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

21.2.2.4. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

21.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

21.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “21.2.4” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

21.4. As sanções previstas nos subitens “21.2.1”, “21.2.3”, “21.2.4” e “21.2.5” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia/hora sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia/hora sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia/hora sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia/hora sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia/hora sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Atrasar a ativação inicial dos serviços, por dia de atraso e por Unidade de atendimento;	05
3	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	05
4	Atrasar o reestabelecimento dos serviços contratados, para cada hora útil de atraso;	04
5	Manter central de Atendimento (telefone ou <i>e-mail</i>) ineficiente, inacessível ou de difícil contato,	04

	para a solicitação de novos serviços, esclarecimentos de dúvidas ou abertura de chamados técnicos, por ocorrência;	
6	Efetuar cobrança indevida de serviços não contratados, tarifação de serviços acima dos valores contratuais, falta de detalhamento de serviços, falta destaque dos impostos a serem retidos, por ocorrência (fatura de serviço);	04
7	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
8	Atrasar a apresentação das faturas contestadas, devidamente corrigidas, por dia de atraso;	03
9	Recusar a executar obrigação contratual ou a prestar informação ou esclarecimento, determinado pela fiscalização do serviço, por obrigação e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
11	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
12	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	02
13	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
14	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	03

21.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.6.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

- 21.6.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 21.6.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 21.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 21.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 21.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.14. As penalidades aplicadas à Contratada serão obrigatoriamente registradas no sistema SICAF/SIASG, após o decurso dos prazos recursais e publicação do Aviso de Penalidade em Diário Oficial da União – DOU.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

- 22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 22.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 22.3.1. As empresas interessadas em participar desta contratação deverão comprovar aptidão técnica na prestação do serviço específico aqui descrito, em conformidade com suas características técnicas, por meio de apresentação de pelo menos 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito privado ou público que comprove que a licitante já prestou o serviço aqui descrito, em perfeito atendimento às condições estipuladas em contrato.
- 22.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 22.4.1. Valor Global (**Grupo 1**): R\$ 255.824,52 (duzentos e cinquenta e cinco mil e oitocentos e vinte e quatro reais e cinquenta e dois centavos).
- 22.4.2. Valor Global (**Grupo 2**): R\$ 18.898,65 (dezoito mil e oitocentos e noventa e oito reais e sessenta e cinco centavos).
- 22.4.3. Valores unitários de cada item que compõe o grupo: conforme planilha de composição de preços anexa a este Termo de Referência.
- 22.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 22.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital, apresentada justificativa, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

- 23.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 274.723,17 (duzentos e setenta e quatro mil e setecentos e vinte e três reais e dezessete centavos)**.

24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

- 24.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 0001/170156

Fonte de Recursos: 0150251030;

Programa de Trabalho: 04122003220000001

Elemento de Despesa: 339039-58

Plano Interno: OUTRCUSTEIO

Dos anexos

Integram este Termo de Referência, os seguintes anexos:

Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

Estudo Técnico Preliminar 21/2021

1. Informações Básicas

Número do processo: 10905.720061/2021-90

2. Descrição da necessidade

Contratação de pessoa jurídica para prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades Local e LDN (Longa Distância Nacional), com fornecimento de linhas telefônicas analógicas não residenciais, para atender a Unidades da SRRF09 instaladas em cidades nos estados do Paraná e Santa Catarina, e, fornecimento de 01 (um) circuito digital E1 – 10 canais (mínimo), com recurso DDR (Discagem Direta a Ramal) para até 100 números, para a Alfândega jurisdicionada de São Francisco do Sul - SC, de acordo com as condições e especificações estabelecidas a seguir:

UNIDADE GESTORA VINCULADA	JURISDIÇÃO	QUANTIDADE TERMINAIS	DDD	QUANTIDADE DE LINHAS	ENDEREÇO DA INSTALAÇÃO
170156	SRRF09	9	41	5	Rua Gustavo Rattman, 121 - Bacacheri – Curitiba /PR - CEP: 82520-630
			41	3	Rua XV de Novembro, 608 – Centro – Curitiba – PR - CEP: 80020-310
			41	1	Rua Marechal Floriano, 3.401 – Parolin – Curitiba – PR - CEP: 80220-001
			49	1	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Joaçaba Rua Getúlio Vargas, nº 345, Centro, Joaçaba, SC, 89600-000
			49	1	Depósito de Mercadorias e Veículos Apreendidos Rua Vereador Hamilton Antônio Rossin, s/n,

170170	DRF /JOAÇABA	9			Bairro Clara Adélia, Joaçaba, SC, 89600-000
			49	1	Agência da Receita Federal do Brasil em Caçador Rua Victor Baptista Adami, 32, sala 01, Caçador, SC, 89500-139
			49	1	Agência da Receita Federal do Brasil em Concórdia Rua Santa Catarina, 83, Concórdia, SC, 89700-047
			49	3	Agência da Receita Federal do Brasil em Chapecó Rua Uruguai, 373-E, Chapecó, SC, 89801-571
			49	1	Agência da Receita Federal do Brasil em Xanxerê Rua Olimpio Julio Tortato, 275, Xanxerê, SC, 89820-000
			49	1	Agência da Receita Federal do Brasil em São Miguel do Oeste Rua Padre Aurélio Canzi, 1881, São Miguel do Oeste, SC, 89900-000
170156	DRF /JOINVILLE	9	47	1	Rua Tenente Antônio João, 2583, Bom Retiro, Joinville/SC - CEP: 89223-100
			47	3	Rua Expedicionário Gumerindo da Silva, 90, Centro, Jaraguá do Sul/SC - CEP: 89252-000
			47	3	Av. Prefeito Frederico Heyse, 74, Sala 1, Centro, Mafra/SC - CEP: 89300-184

			47	2	Rua Frei Menandro Kamps, nº 405, Sala, Centro, Canoinhas/SC CEP: 89460-126
170162	DRF/FOZ DO IGUAÇU	15	45	1	Rod.BR 469,Km16, 5,s/n – Aeroporto, Foz do Iguaçu/PR
			45	1	Av José Maria de Brito, 2985-Jardim Itamarati-Foz do Iguaçu/PR – CEP 85863-005
			45	3	Rod. BR 469, Km 1,5 Av.Mercosul s /nº, Jardim Veraneio-Foz do Iguaçu/PR
			44	2	R. Castro Alves, 359-Guaíra/PR – CEP 85980-000
			45	3	Av. Brasil, 1481-Santa Helena/PR – CEP 85892-000
			49	3	Rua República Argentina, 140 - CEP 89.950-000 - Dionisio Cerqueira-SC
			49	1	Rua República Argentina, 108 - CEP 89.950-000 - Dionisio Cerqueira-SC
			49	1	Acesso ao Porto Seco, 21 - km 03 BR 163 - Quadra 21 - CEP 89.950-000 - Dionisio Cerqueira-SC
			44	1	AV. XV De Novembro, 527 – Centro – Maringá – PR – CEP: 87013-909
			44	4	AV. Bento Munhoz da Rocha Neto, 454 – Maringá – PR – CEP: 87030-010
			44	1	AV. Colombo, 8987 – Maringá – PR – CEP: 87070-000

170156	DRF /MARINGÁ	18	44	3	AV. HEITOR ALENCAR FURTADO, 4047 – Paranavaí – PR – CEP: 87708-000
			44	3	Rua Santa Catarina, 1682, Esq. Av. José C. Oliveira – Campo Mourão – PR – CEP: 87300-410
			44	4	Av. Presidente Castelo Branco, 4195 – Umuarama – PR – CEP: 87501- 170
			44	2	Av. Santa Catarina, 383 – Cianorte – PR – CEP: 87200-157
170171	ALF/SÃO FRANCISCO DO SUL	1	41	1	Rua Fernandes Dias, 71 - Centro - São Francisco do Sul/SC - CEP: 89240-000

A contratação que se pretende justifica-se pela necessidade de dar continuidade e manter em pleno funcionamento as atividades desenvolvidas pelos servidores nas Agências Jurisdicionadas da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 9ª Região, tendo em vista que a referida contratação visa otimizar os procedimentos laborais dos servidores no desempenho de suas atividades por meio da simplificação da comunicação entre estes e o “cliente externo e interno”.

Além disso, a contratação do circuito digital (E-1) para a Alfândega de São Francisco do Sul-SC, justifica-se pela necessidade de redução de postos de serviço (telefonistas), em razão de adequação das despesas de custeio ao orçamento do atual exercício financeiro.

DA ESSENCIALIDADE E DO INTERESSE PÚBLICO DA CONTRATAÇÃO

O serviço de telefonia considera-se essencial para as agências da Receita Federal, bem como atende ao interesse público da contratação, visto que é indispensável a utilização de linhas telefônicas que permitam a comunicação com o público externo e com as outras unidades da Receita Federal do Brasil, possibilitando assim a execução das atividades diárias inerentes a cada uma das subordinadas à Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª Região Fiscal.

Ademais, verifica-se que a necessidade desta contratação está plenamente justificada pelos termos dos contratos anteriores, assim como foram realizados estudos preliminares e referenciais de preços que demonstram a plausibilidade da contratação.

Portanto, visando assegurar a continuidade do serviço público prestado, mantendo-se em pleno funcionamento as atividades desenvolvidas pelos servidores nas Unidades Jurisdicionada, propõe-se o prosseguimento da contratação de serviço telefônico fixo comutado (STFC), conforme será exposto no presente Estudo Técnico Preliminar.

Ademais, dois fatores primordiais levam à necessidade da SRR09 promover a contratação centralizada de serviço telefônico fixo comutado (STFC):

a) a regionalização dos trabalhos da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal, trazida pelo Novo Regimento Interno da instituição, aprovado pela Portaria nº 284, de 27 de julho de 2020, do Gabinete do Ministério da Economia; e

2) a redução quantitativa (redimensionamento) das UASG de compras visando à promoção de um paradigma de menor pulverização das contratações públicas, tendo em vista que a centralização virá acompanhada de ganhos, tais como maior economia de escala, menores custos (especialmente com instrução processual) e o incremento do potencial de controle institucional, externo e interno, e social, redução esta instituída pela Portaria ME/SEDG-GD/SG nº 13.623, de 10 de dezembro de 2019.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
170156/SACON/DIPOL	Marcelo Pereira dos Santos

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

Os requisitos de Qualificação Técnica a serem atendidos serão os seguintes e devem constar do Edital da Licitação:

As empresas interessadas em participar desta contratação deverão comprovar aptidão técnica na prestação do serviço específico aqui descrito, em conformidade com suas características técnicas, por meio de apresentação de pelo menos 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito privado ou público que comprove que a licitante já prestou o serviço aqui descrito, em perfeito atendimento às condições estipuladas em contrato.

O atestado fornecido deverá possuir identificação clara de quem o emitiu, com informação e telefone para contato, endereço do local onde foi prestado o serviço e data de sua prestação, se ocorreram ou não falhas na prestação do serviço, bem como declaração expressa e objetiva do tipo de serviço prestado pela licitante.

Ademais, é requisito da contratação o recurso de busca automática em grupos de linhas com designação de número piloto, para todas as linhas. E ainda recursos adicionais de identificador de chamadas e secretária eletrônica, para atender a possíveis demandas individualizadas.

5. Levantamento de Mercado

A contratação será processada na modalidade Pregão eletrônico. Embora apenas a empresa OI S. A. tenha mostrado interesse em enviar orçamento para fornecer o serviço em questão, o Sistema de serviços e telecomunicações (STEL) da Anatel (Anexo I) indicou várias empresas com capacidade para fornecer o serviço de telefonia fixa comutada (STFC) local, em linhas diretas analógicas/convencionais nos municípios em questão.

6. Descrição da solução como um todo

Na execução, a empresa contratada deverá fornecer o serviço, conforme as obrigações contratuais que constarão no Edital e Termo de Referência.

A Contratada deve manter os números telefônicos atualmente utilizados pela Contratante, como garantido pelo Regulamento Geral de Portabilidade (Resolução ANATEL nº 460/2007), ou legislação subsequente.

O contrato vigorará da data de sua assinatura até 12 (doze) meses subsequentes podendo ser prorrogados por períodos sucessivos de iguais períodos, até o limite de 60 (sessenta), nos termos do disposto no inciso II do Art. 57 da Lei 8.666/93 e alterações.

Os serviços contratados deverão estar disponíveis 24 horas por dia, 7 dias por semana, durante todo o período de vigência contratual, salvaguardados os casos de interrupções programadas previstas na regulamentação vigente. Ademais, as interrupções programadas dos serviços deverão ser comunicadas à Contratante com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis e somente serão realizadas com a concordância da Contratante.

Conforme o art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006, que dispõe sobre a contratação exclusiva de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) para certames com valores até R\$ 80.000,00, a Administração Pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); Entretanto, como será justificado nos parágrafos a seguir, a Administração Pública utilizará a previsão do art. 49, III, da citada lei complementar para não aplicar a exclusividade de participação de ME e EPP no certame.

Destaca-se que, conforme pesquisas realizadas, o serviço é restrito a poucas concessionárias de serviços de comunicação de telefonia fixa. Em certames anteriores realizados pela SRRF09RF não se observou a participação de exclusiva de ME e EPP (apesar de o valor estimado estar abaixo de R\$ 80.000,00) justamente pela restrição existente no mercado. Vedar a participação de grandes empresas aumentaria ainda mais o risco de um pregão deserto.

Portanto, levando em consideração as justificativas acima, o tratamento diferenciado e simplificado para as ME e EPP (exclusividade na contratação) representaria prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado, pois há uma quantidade razoável de serviços a serem contratados em diferentes localidades e há risco de ocorrer mais um pregão deserto (ocasionando prejuízo, atraso na contratação de tão grande importância e ônus financeiro à Administração Pública).

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O serviço de telefonia fixa comutada (STFC) local, com fornecimento de linhas telefônicas analógicas não residenciais, para atender a Unidades da SRRF09 instaladas em cidades nos estados do Paraná e Santa Catarina, de acordo com as condições e especificações estabelecidas a seguir:

1-Jurisdição DRF/Joinville (09 linhas):

Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades Local e LDN (Longa Distância Nacional), com fornecimento de 9* linhas telefônicas analógicas não residenciais – JOINVILLE.		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MENSAL ESTIMADA
1	Tarifa de instalação ou habilitação por terminal. *Serviço com pagamento único.	9
2	Tarifa de assinatura por terminal	9
3	Chamada Fixo/Fixo - local (linhas analógicas)	4087
4	Chamada Fixo/Móvel - VC1	106
5	Chamada Fixo/Fixo - LDN - dentro do Estado	73
6	Chamada Fixo/Fixo - LDN - para outros Estados	671
7	Chamada Fixo/Móvel - LDN - VC2	61
8	Chamada Fixo/Móvel - LDN – VC3	308

2-Jurisdição DRF/Foz do Iguaçu (15 linhas):

Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades Local e LDN (Longa Distância Nacional), com fornecimento de 15* linhas telefônicas analógicas não residenciais – FOZ DO IGUAÇU.		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MENSAL ESTIMADA
1	Tarifa de instalação ou habilitação por terminal. *Serviço com pagamento único.	15
2	Tarifa de assinatura por terminal	15
3	Chamada Fixo/Fixo - local (linhas analógicas)	123
4	Chamada Fixo/Móvel - VC1	646
5	Chamada Fixo/Fixo - LDN - dentro do Estado	401
6	Chamada Fixo/Fixo - LDN - para outros Estados	1118
7	Chamada Fixo/Móvel - LDN - VC2	101
8	Chamada Fixo/Móvel - LDN – VC3	513

3-Jurisdição DRF/Maringá (18 linhas):

Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades Local e LDN (Longa Distância Nacional), com fornecimento de 18* linhas telefônicas analógicas não residenciais – MARINGÁ.		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MENSAL ESTIMADA
1	Tarifa de instalação ou habilitação por terminal. *Serviço com pagamento único.	18
2	Tarifa de assinatura por terminal	18
3	Chamada Fixo/Fixo - local (linhas analógicas)	5949

4	Chamada Fixo/Móvel - VC1	4009
5	Chamada Fixo/Fixo - LDN - dentro do Estado	561
6	Chamada Fixo/Fixo - LDN - para outros Estados	1565
7	Chamada Fixo/Móvel - LDN - VC2	1913
8	Chamada Fixo/Móvel - LDN - VC3	718

4-Jurisdição DRF/Joaçaba (09 linhas):

Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades Local e LDN (Longa Distância Nacional), com fornecimento de 9* linhas telefônicas analógicas não residenciais – JOAÇABA.		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MENSAL ESTIMADA
1	Tarifa de instalação ou habilitação por terminal. *Serviço com pagamento único.	9
2	Tarifa de assinatura por terminal	9
3	Chamada Fixo/Fixo - local (linhas analógicas)	74
4	Chamada Fixo/Móvel - VC1	619
5	Chamada Fixo/Fixo - LDN - dentro do Estado	1221
6	Chamada Fixo/Fixo - LDN - para outros Estados	671
7	Chamada Fixo/Móvel - LDN - VC2	301
8	Chamada Fixo/Móvel - LDN - VC3	308

5-Jurisdição SRRF09 - CURITIBA (09 linhas):

Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades Local e LDN (Longa Distância Nacional), com fornecimento de 9* linhas telefônicas analógicas não residenciais – SRRF09 – CURITIBA.		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MENSAL ESTIMADA
1	Tarifa de instalação ou habilitação por terminal. *Serviço com pagamento único.	9
2	Tarifa de assinatura por terminal	9
3	Chamada Fixo/Fixo - local (linhas analógicas)	4004
4	Chamada Fixo/Móvel - VC1	372
5	Chamada Fixo/Fixo - LDN – degraus 1 a 4.	143
6	Chamada Fixo/Fixo - LDN - para outros Estados	671
7	Chamada Fixo/Móvel - LDN - VC2	143
8	Chamada Fixo/Móvel - LDN - VC3	72

6- ALF São Francisco do Sul - SC (1 linha):

Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades Local e LDN (Longa Distância Nacional), com fornecimento de 01 (um) circuito digital E1 – 10 canais (mínimo), com recurso DDR (Discagem Direta a Ramal) para até 100 números, a ser conectado em uma central telefônica NEC – mod. S100 – 60 ramais – SÃO FRANCISCO DO SUL – SC.		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA
1	Instalação e habilitação de Circuito digital E1 – 10 canais (mínimo), com recurso DDR (Discagem Direta a Ramal) para até 100 números, a ser conectado em uma central telefônica NEC – mod. S100 – 60 ramais. *Serviço com pagamento único.	1
2	Tarifa de assinatura mensal do Fornecimento do Circuito Digital E1 – 10 canais (mínimo).	1
3	Tarifa de assinatura mensal do recurso DDR (Discagem Direta a Ramal) para até 100 números, a ser conectado em uma central telefônica NEC – mod. S100 – 60 ramais.	1
4	Chamada Fixo/Fixo - local (linhas analógicas)	999

5	Chamada Fixo/Móvel - VC1	143
6	Chamada Fixo/Fixo - LDN - dentro do Estado	72
7	Chamada Fixo/Fixo - LDN - para outros Estados	89
8	Chamada Fixo/Móvel - LDN - VC2	49
9	Chamada Fixo/Móvel - LDN - VC3	42

Observa-se que o quantitativo das linhas e dos minutos utilizados foi estimado de acordo com o perfil tráfego de cada jurisdicionada (média dos meses de dezembro de 2019 a fevereiro de 2020), bem como, aplicando-se analogicamente o mesmo perfil de tráfego para Jurisdicionadas com a mesma quantidade de linhas e características de quantitativo de pessoal similares.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Para a formação do preço de referência foi realizada pesquisa de preços para o levantamento de valores por intermédio do Painel de Preços do Governo Federal, bem como de contratações similares em vigência, conforme o parâmetro preconizado pelo Art. 5º da Instrução Normativa do MPOG nº73, de 5 de agosto de 2020, conforme segue:

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I – Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldepregos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

Portanto, ao consolidar as informações, para a contratação via Pregão eletrônico, chegamos aos seguintes valores de Referência:

Grupo 01:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO DO PAINEL DE PREÇOS	DRF ITAJAÍ CONTRATO 03-2018	DRF CASCAVEL CONTRATO 04-2019	PROPOSTA OI S.A.	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO MENSAL	VALOR MÉDIO ANUAL
1	Instalação ou habilitação de terminal	60	R\$ 303,67	R\$ 44,60	R\$ 30,73	R\$ 48,98	R\$ 107,00	—	R\$ 6.420,00
2	Assinatura por terminal	60	R\$ 76,02	R\$ 64,73	R\$ 71,77	R\$ 96,67	R\$ 77,30	R\$ 4.638,00	R\$ 55.656,00

3	Chamada Fixo /Fixo - local (linhas analógicas)	14237	R\$ 0,09	R\$ 0,12	R\$ 0,10	R\$ 0,09	R\$ 0,10	R\$ 1.423,70	R\$ 17.084,40
4	Chamada Fixo /Móvel - VC1	5752	R\$ 0,61	R\$ 0,79	R\$ 0,83	R\$ 0,78	R\$ 0,75	R\$ 4.314,00	R\$ 51.768,00
5	Chamada Fixo /Fixo - LDN - dentro do Estado	2399	R\$ 0,66		R\$ 0,60	R\$ 0,57	R\$ 0,61	R\$ 1.463,39	R\$ 17.560,68
6	Chamada Fixo /Fixo - LDN - para outros Estados	4696	R\$ 0,66		R\$ 0,60	R\$ 0,57	R\$ 0,61	R\$ 2.864,56	R\$ 34.374,72
7	chamada Fixo /Móvel - LDN - VC2	2519	R\$ 0,92		R\$ 1,63	R\$ 1,55	R\$ 1,37	R\$ 3.451,03	R\$ 41.412,36
8	Chamada Fixo /Móvel - LDN - VC3	1919	R\$ 0,92		R\$ 1,63	R\$ 1,55	R\$ 1,37	R\$ 2.629,03	R\$ 31.548,36
								TOTAL ANUAL ESTIMADO	R\$ 255.824,52

GRUPO 02:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE ESTIMADA	VALOR MÉDIO DO PAINEL DE PREÇOS	CONTRATO SIMILAR -01	CONTRATO SIMILAR -02	CONTRATO SIMILAR -03	DRF ITAJAÍ – CONTRATO 03-2018	DRF CASCABEL – CONTRATO 04-2019	PROPOSTA OI S.A.	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO MENSAL	VALOR MÉDIO ANUAL
1	Instalação e habilitação de Circuito digital E1 – 10 canais (mínimo), com recurso DDR (Discagem Direta a Ramal) para ate 100 números, a ser conectado em uma central telefônica NEC – mod. S100 – 60 ramais. *Serviço com pagamento único.	1		R\$ 1.253,79	R\$ 1.200,00	R\$ 1.489,21				R\$ 1.314,33	-	R\$ 1.314,33
2	Tarifa de assinatura mensal do Fornecimento do Circuito Digital E1 – 10 canais (mínimo).	1		R\$ 563,90	R\$ 900,00	R\$ 1.124,09				R\$ 862,66	R\$ 862,66	R\$ 10.351,92
3	Tarifa de assinatura mensal do recurso DDR (Discagem Direta a Ramal) para ate 100 números, a ser conectado em uma central telefônica NEC – mod. S100 – 60 ramais.	1		R\$ 100,00	R\$ 168,00	R\$ 250,00				R\$ 172,67	R\$ 172,67	R\$ 2.072,04
4	Chamada Fixo/Fixo - local (linhas analógicas)	999	R\$ 0,09				R\$ 0,12	R\$ 0,10	R\$ 0,09	R\$ 0,10	R\$ 99,90	R\$ 1.198,80
	Chamada Fixo/Móvel -											

5	VC1	143	R\$ 0,61				R\$ 0,79	R\$ 0,83	R\$ 0,78	R\$ 0,75	R\$ 107,25	R\$ 1.287,00
6	Chamada Fixo/Fixo - LDN - dentro do Estado	72	R\$ 0,66					R\$ 0,60	R\$ 0,57	R\$ 0,61	R\$ 43,92	R\$ 527,04
7	Chamada Fixo/Fixo - LDN - para outros Estados	89	R\$ 0,66					R\$ 0,60	R\$ 0,57	R\$ 0,61	R\$ 54,29	R\$ 651,48
8	Chamada Fixo/Móvel - LDN - VC2	49	R\$ 0,92					R\$ 1,63	R\$ 1,55	R\$ 1,37	R\$ 67,13	R\$ 805,56
9	Chamada Fixo/Móvel - LDN - VC3	42	R\$ 0,92					R\$ 1,63	R\$ 1,55	R\$ 1,37	R\$ 57,54	R\$ 690,48
TOTAL ANUAL ESTIMADO											R\$	18.898,65

Portanto, o valor estimado da contratação, conforme Relatório da pesquisa de preços, será de R\$ 255.824,52 (duzentos e cinquenta e cinco mil e oitocentos e vinte e quatro reais e cinquenta e dois centavos) para o GRUPO 01 e R\$ 18.898,65 (dezoito mil e oitocentos e noventa e oito reais e sessenta e cinco centavos) para o GRUPO 02, **totalizando R\$ 274.723,17 (duzentos e setenta e quatro mil e setecentos e vinte e três reais e dezessete centavos).**

Observa-se que os valores dos contratos 03/2018 (DRF/ITAJAÍ) e 04/2019 (DRF/CASCADE), utilizados para compor o valor de referência, permanecem em vigência.

Os detalhes da pesquisa de preços preço encontra-se no documento Relatório de Pesquisa de Preços (Anexo I).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Visando cumprir os objetivos da regionalização da SRRF09, reduzir e concentrar contratos, a estrutura do Pregão eletrônico será composta por um grupo 01, que abrangerá as Jurisdicionadas de Foz do Iguaçu-PR, Maringá-PR, SRRF09-Curitiba-PR, Joaçaba-SC e Joinville-SC, e um grupo 02 para a contratação da Alfândega de São Francisco do Sul. Os lances serão globais e únicos para cada grupo, desta forma, no máximo, haverá dois contratos de telefonia.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há processos de contratações correlatas ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O Planejamento Estratégico da Receita Federal do Brasil traz como missão da instituição “Exercer a administração tributária e aduaneira com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade”.

Nesse sentido, um dos objetivos de gestão e suporte é o de “viabilizar recursos e otimizar sua aplicação para suprir as necessidades de infraestrutura e tecnologia”. Em sua descrição pormenorizada, trata de assegurar recursos logísticos e otimizar sua gestão e alocação de acordo com as prioridades institucionais, intenção à qual se alinha a contratação em questão, indispensável para a manutenção das atividades nas unidades em questão.

12. Resultados Pretendidos

Entre outros objetivos a serem alcançados com a contratação pretendida, notam-se:

Assegurar a continuidade do serviço público prestado e manter em pleno funcionamento as atividades desenvolvidas pelos servidores nas Unidades Jurisdicionadas;

Atender aos Princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como contribuir para o alcance da missão, visão e valores da Receita Federal do Brasil por meio das atividades administrativas.

13. Providências a serem Adotadas

Este item não é objeto dos Estudos Preliminares devido ao seguinte motivo: a prestação de serviços de telefonia STFC, conforme descrito, é um serviço contínuo, já prestado nas unidades jurisdicionadas, não exigindo de antemão quaisquer adequações físicas ou providências.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não foram detectados possíveis impactos ambientais causados pelo serviço a ser contratado.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando a necessidade da prestação de serviços continuados pelas agências jurisdicionadas da SRRF09, a existência de pesquisas de preços para estimar o valor da contratação, declara-se ser viável a contratação da solução descrita no corpo deste documento, entendendo estar devidamente especificado, quantificado e precificado, sendo o Valor Estimado da Contratação orçado em **R\$ 274.723,17 (duzentos e setenta e quatro mil e setecentos e vinte e três reais e dezessete centavos)**, conforme Relatório de Pesquisa de Preços (Anexo I).

16. Responsáveis

JULIANA CANTIDIO IKEDA
ATA

MARCELO PEREIRA DOS SANTOS
ATRFB

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 20. Relatório de pesquisa de preços - RETIFICADA.odt (940.87 KB)

**MINISTÉRIO DA
ECONOMIA**

ANEXO I

Relatório de Pesquisa de Preços

1) Objetivo

Sintetizar de forma objetiva e clara a formação dos preços de referência ou a escolha de uma das propostas a partir de uma análise crítica dos parâmetros estabelecidos na Instrução Normativa do MPOG nº 73, de 5 de agosto de 2020, com a finalidade de obter uma estimativa prévia que permita verificar se os preços propostos são realizáveis, exequíveis ou compatíveis com os preços praticados pelo mercado, documentando devidamente em processo administrativo eletrônico sob a numeração 10905.720061/2021-90.

2) Do Objeto.

2.1 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades Local e LDN (Longa Distância Nacional), com fornecimento de linhas telefônicas analógicas não residenciais, para atender a Unidades da SRRF09 instaladas em cidades nos estados do Paraná e Santa Catarina, de acordo com as condições e especificações estabelecidas a seguir:

Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades Local e LDN (Longa Distância Nacional), com fornecimento de 63 linhas telefônicas analógicas não residenciais – SRRF09.		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA
1	Instalação ou habilitação de terminal	60
2	Assinatura por terminal	60

3	Chamada Fixo/Fixo - local (linhas analógicas)	14237
4	Chamada Fixo/Móvel - VC1	5752
5	Chamada Fixo/Fixo - LDN - dentro do Estado	2399
6	Chamada Fixo/Fixo - LDN - para outros Estados	4696
7	Chamada Fixo/Móvel - LDN - VC2	2519
8	Chamada Fixo/Móvel - LDN - VC3	1919

A quantidade estimada dos itens 1 e 2 são referentes às unidades por terminal, já a quantidade dos itens 3 a 8 é referente aos minutos utilizados (média mensal estimada no período de dezembro de 2019 a fevereiro de 2020).

2.2 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades Local e LDN (Longa Distância Nacional), com fornecimento de 01 (um) circuito digital E1 – 10 canais (mínimo), com recurso DDR (Discagem Direta a Ramal) para até 100 números, a ser conectado em uma central telefônica NEC – mod. S100 – 60 ramais – para a Jurisdicionada de São Francisco do Sul-SC, conforme quantidades a seguir:

Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades Local e LDN (Longa Distância Nacional), com fornecimento de 01 (um) circuito digital E1 – 10 canais (mínimo), com recurso DDR (Discagem Direta a Ramal) para até 100 números, a ser conectado em uma central telefônica NEC – mod. S100 – 60 ramais – SÃO FRANCISCO DO SUL – SC.		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA
1	Instalação e habilitação de Circuito digital E1 – 10 canais (mínimo), com recurso DDR (Discagem Direta a Ramal) para até 100 números, a ser conectado em uma central telefônica NEC – mod. S100 – 60 ramais. *Serviço com pagamento único.	1
2	Tarifa de assinatura mensal do Fornecimento do Circuito Digital E1 – 10 canais (mínimo).	1

3	Tarifa de assinatura mensal do recurso DDR (Discagem Direta a Ramal) para até 100 números, a ser conectado em uma central telefônica NEC – mod. S100 – 60 ramais.	1
4	Chamada Fixo/Fixo - local (linhas analógicas)	999
5	Chamada Fixo/Móvel - VC1	143
6	Chamada Fixo/Fixo - LDN - dentro do Estado	72
7	Chamada Fixo/Fixo - LDN - para outros Estados	89
8	Chamada Fixo/Móvel - LDN - VC2	49
9	Chamada Fixo/Móvel - LDN – VC3	42

A quantidade estimada dos itens 1, 2 e 3 são referentes às unidades por terminal, já a quantidade dos itens 4 a 9 é referente aos minutos utilizados (média mensal estimada no período de dezembro de 2019 a fevereiro de 2020).

3) Parâmetros

Para a formação do preço de referência foi realizada pesquisa de preços para o levantamento de valores por meio do Painel de Preços do Governo Federal, utilizando o parâmetro preconizado pelo Art. 5º da Instrução Normativa do MPOG nº 73, de 5 de agosto de 2020, conforme segue:

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldepregos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e

compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

§1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II. (grifos nossos).

Desta forma, foram realizadas consultas ao painel de preços (referentes aos anos 2020 e 2021), pesquisas de contratações similares por órgãos públicos em vigência, bem como pesquisas diretas com fornecedores, para determinação do preço de referência.

4) Demonstrativos das pesquisas de Preços

4.1 – GRUPO 01 – Painel de Preços:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO DO PAINEL DE PREÇOS
1	Instalação ou habilitação de terminal	60	R\$ 303,67
2	Assinatura por terminal	60	R\$ 76,02
3	Chamada Fixo/Fixo - local (linhas analógicas)	14237	R\$ 0,09
4	Chamada Fixo/Móvel - VC1	5752	R\$ 0,61
5	Chamada Fixo/Fixo - LDN - dentro do Estado	2399	R\$ 0,66
6	Chamada Fixo/Fixo - LDN - para outros Estados	4696	R\$ 0,66
7	Chamada Fixo/Móvel - LDN - VC2	2519	R\$ 0,92

8	Chamada Fixo/Móvel - LDN – VC3	1919	R\$ 0,92
---	--------------------------------	------	----------

GRUPO 01 – Contratos similares em vigência e pesquisa direta com fornecedores:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA	DRF ITAJAÍ CONTRATO 03-2018	DRF CASCAVEL CONTRATO 04-2019	PROPOSTA OI S.A.
1	Instalação ou habilitação de terminal	60	R\$ 44,60	R\$ 30,73	R\$ 48,98
2	Assinatura por terminal	60	R\$ 64,73	R\$ 71,77	R\$ 96,67
3	Chamada Fixo/Fixo - local (linhas analógicas)	14237	R\$ 0,12	R\$ 0,10	R\$ 0,09
4	Chamada Fixo/Móvel - VC1	5752	R\$ 0,79	R\$ 0,83	R\$ 0,78
5	Chamada Fixo/Fixo - LDN - dentro do Estado	2399		R\$ 0,60	R\$ 0,57
6	Chamada Fixo/Fixo - LDN - para outros Estados	4696		R\$ 0,60	R\$ 0,57
7	Chamada Fixo/Móvel - LDN - VC2	2519		R\$ 1,63	R\$ 1,55
8	Chamada Fixo/Móvel - LDN – VC3	1919		R\$ 1,63	R\$ 1,55

GRUPO 01 – Valores de Referência consolidados:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE E ESTIMADA	VALOR MÉDIO DO PAINEL DE PREÇOS	DRF ITAJAÍ CONTRATO 03-2018	DRF CASCAVEL CONTRATO 04- 2019	PROPOSTA OI S.A.	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO MENSAL	VALOR MÉDIO ANUAL
1	Instalação ou habilitação de terminal	60	R\$ 303,67	R\$ 44,60	R\$ 30,73	R\$ 48,98	R\$ 107,00	—	R\$ 6.420,00
2	Assinatura por terminal	60	R\$ 76,02	R\$ 64,73	R\$ 71,77	R\$ 96,67	R\$ 77,30	R\$ 4.638,00	R\$ 55.656,00
3	Chamada Fixo/Fixo - local (linhas analógicas)	14237	R\$ 0,09	R\$ 0,12	R\$ 0,10	R\$ 0,09	R\$ 0,10	R\$ 1.423,70	R\$ 17.084,40
4	Chamada Fixo/Móvel - VC1	5752	R\$ 0,61	R\$ 0,79	R\$ 0,83	R\$ 0,78	R\$ 0,75	R\$ 4.314,00	R\$ 51.768,00
5	Chamada Fixo/Fixo - LDN - dentro do Estado	2399	R\$ 0,66		R\$ 0,60	R\$ 0,57	R\$ 0,61	R\$ 1.463,39	R\$ 17.560,68
6	Chamada Fixo/Fixo - LDN - para outros Estados	4696	R\$ 0,66		R\$ 0,60	R\$ 0,57	R\$ 0,61	R\$ 2.864,56	R\$ 34.374,72
7	chamada Fixo/Móvel - LDN - VC2	2519	R\$ 0,92		R\$ 1,63	R\$ 1,55	R\$ 1,37	R\$ 3.451,03	R\$ 41.412,36
8	Chamada Fixo/Móvel - LDN – VC3	1919	R\$ 0,92		R\$ 1,63	R\$ 1,55	R\$ 1,37	R\$ 2.629,03	R\$ 31.548,36
							TOTAL ANUAL ESTIMADO		R\$ 255.824,52

4.2 – GRUPO 02 – Painel de Preços:

Os valores dos itens 1, 2 e 3 foram desconsiderados na pesquisa do painel de preços, tendo em vista que a pesquisa neste site retornou valores irrisórios ou inexequíveis.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO DO PAINEL DE PREÇOS
1	Instalação e habilitação de Circuito digital E1 – 10 canais (mínimo), com recurso DDR (Discagem Direta a Ramal) para ate 100 números, a ser conectado em uma central telefônica NEC – mod. S100 – 60 ramais. *Serviço com pagamento único.	1	
2	Tarifa de assinatura mensal do Fornecimento do Circuito Digital E1 – 10 canais (mínimo).	1	
3	Tarifa de assinatura mensal do recurso DDR (Discagem Direta a Ramal) para ate 100 números, a ser conectado em uma central telefônica NEC – mod. S100 – 60 ramais.	1	
4	Chamada Fixo/Fixo - local (linhas analógicas)	999	R\$ 0,09
5	Chamada Fixo/Móvel - VC1	143	R\$ 0,61
6	Chamada Fixo/Fixo - LDN - dentro do Estado	72	R\$ 0,66
7	Chamada Fixo/Fixo - LDN - para outros Estados	89	R\$ 0,66
8	Chamada Fixo/Móvel - LDN - VC2	49	R\$ 0,92
9	Chamada Fixo/Móvel - LDN – VC3	42	R\$ 0,92

GRUPO 02 – Contratos similares em vigência e pesquisa direta com fornecedores:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO DO PAINEL DE PREÇOS	CONTRATAÇÃO SIMILAR -01	CONTRATAÇÃO SIMILAR -02	CONTRATAÇÃO SIMILAR -03	DRF ITAJAÍ – CONTRATO 03-2018	DRF CASCAVEL – CONTRATO 04-2019	PROPOSTA OI S.A.
1	Instalação e habilitação de Circuito digital E1 – 10 canais (mínimo), com recurso DDR (Discagem Direta a Ramal) para até 100 números, a ser conectado em uma central telefônica NEC – mod. S100 – 60 ramais. *Serviço com pagamento único.	1		R\$ 1.253,79	R\$ 1.200,00	R\$ 1.489,21			
2	Tarifa de assinatura mensal do Fornecimento do Circuito Digital E1 – 10 canais (mínimo).	1		R\$ 563,90	R\$ 900,00	R\$ 1.124,09			
3	Tarifa de assinatura mensal do recurso DDR (Discagem Direta a Ramal) para até 100 números, a ser conectado em uma central telefônica NEC – mod. S100 – 60 ramais.	1		R\$ 100,00	R\$ 168,00	R\$ 250,00			
4	Chamada Fixo/Fixo - local (linhas analógicas)	999	R\$ 0,09				R\$ 0,12	R\$ 0,10	R\$ 0,09
5	Chamada Fixo/Móvel - VC1	143	R\$ 0,61				R\$ 0,79	R\$ 0,83	R\$ 0,78
6	Chamada Fixo/Fixo - LDN - dentro do Estado	72	R\$ 0,66					R\$ 0,60	R\$ 0,57
7	Chamada Fixo/Fixo - LDN - para outros Estados	89	R\$ 0,66					R\$ 0,60	R\$ 0,57
8	Chamada Fixo/Móvel - LDN - VC2	49	R\$ 0,92					R\$ 1,63	R\$ 1,55
9	Chamada Fixo/Móvel - LDN – VC3	42	R\$ 0,92					R\$ 1,63	R\$ 1,55

GRUPO 02 – Valores de Referência consolidados:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO DO PAINEL DE PREÇOS	CONTRATAÇÃO SIMILAR -01	CONTRATAÇÃO SIMILAR -02	CONTRATAÇÃO SIMILAR -03	DRF ITAJAÍ – CONTRATO 03-2018	DRF CASCAVEL – CONTRATO 04-2019	PROPOSTA OI S.A.	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO MENSAL	VALOR MÉDIO ANUAL
1	Instalação e habilitação de Circuito digital E1 – 10 canais (mínimo), com recurso DDR (Discagem Direta a Ramal) para até 100 números, a ser conectado em uma central telefônica NEC – mod. S100 – 60 ramais. *Serviço com pagamento único.	1		R\$ 1.253,79	R\$ 1.200,00	R\$ 1.489,21				R\$ 1.314,33	-	R\$ 1.314,33
2	Tarifa de assinatura mensal do Fornecimento do Circuito Digital E1 – 10 canais (mínimo).	1		R\$ 563,90	R\$ 900,00	R\$ 1.124,09				R\$ 862,66	R\$ 862,66	R\$ 10.351,92
3	Tarifa de assinatura mensal do recurso DDR (Discagem Direta a Ramal) para até 100 números, a ser conectado em uma central telefônica NEC – mod. S100 – 60 ramais.	1		R\$ 100,00	R\$ 168,00	R\$ 250,00				R\$ 172,67	R\$ 172,67	R\$ 2.072,04
4	Chamada Fixo/Fixo - local (linhas analógicas)	999	R\$ 0,09				R\$ 0,12	R\$ 0,10	R\$ 0,09	R\$ 0,10	R\$ 99,90	R\$ 1.198,80
5	Chamada Fixo/Móvel - VC1	143	R\$ 0,61				R\$ 0,79	R\$ 0,83	R\$ 0,78	R\$ 0,75	R\$ 107,25	R\$ 1.287,00
6	Chamada Fixo/Fixo - LDN - dentro do Estado	72	R\$ 0,66					R\$ 0,60	R\$ 0,57	R\$ 0,61	R\$ 43,92	R\$ 527,04
7	Chamada Fixo/Fixo - LDN - para outros Estados	89	R\$ 0,66					R\$ 0,60	R\$ 0,57	R\$ 0,61	R\$ 54,29	R\$ 651,48
8	Chamada Fixo/Móvel - LDN - VC2	49	R\$ 0,92					R\$ 1,63	R\$ 1,55	R\$ 1,37	R\$ 67,13	R\$ 805,56
9	Chamada Fixo/Móvel - LDN - VC3	42	R\$ 0,92					R\$ 1,63	R\$ 1,55	R\$ 1,37	R\$ 57,54	R\$ 690,48
										TOTAL ANUAL ESTIMADO		R\$ 18.898,65

Destaque-se que os demonstrativos dos valores, pesquisas no painel de preço (<https://paineldeprescos.planejamento.gov.br>), contratos públicos similares e proposta de fornecedor encontram-se anexados neste processo.

Portanto, o valor estimado da contratação, conforme Relatório da pesquisa de preços, será de R\$ 255.824,52 (duzentos e cinquenta e cinco mil e oitocentos e vinte e quatro o reais e cinquenta e dois centavos) para o GRUPO 01 e R\$ 18.898,65 (dezoito mil e oitocentos e noventa e oito reais e sessenta e cinco centavos) para o GRUPO 02, **totalizando R\$ 274.723,17 (duzentos e setenta e quatro mil e setecentos e vinte e três reais e dezessete centavos).**

5) Da formação do preço estimado de referência

5.1 A metodologia aplicada foi a utilização da média, considerando os parâmetros descritos no Item 4.

6) De acordo

6.1 Cumpridos os requisitos da legislação de regência, de acordo com a aprovação da metodologia de pesquisa de preços adotada neste documento.

SALIC/DIPOL - SRRF09
Receita Federal do Brasil
[assinado e datado eletronicamente]



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado por JULIANA CANTIDIO IKEDA em 19/04/2022 17:53:00.

Documento autenticado digitalmente por JULIANA CANTIDIO IKEDA em 19/04/2022.

Documento assinado digitalmente por: MARCELO PEREIRA DOS SANTOS em 19/04/2022 e JULIANA CANTIDIO IKEDA em 19/04/2022.

Esta cópia / impressão foi realizada por PERCI PEREIRA em 20/04/2022.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP20.0422.11321.7L4Q

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:

14FF4EF24D94BB794A8EE6F3807D31A12AC5EE0208AF6620870258CFF34C37C6